



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 4319/2025

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2025.

Processo nº 3014679-72.2025.8.19.0001,
ajuizado por **A. M. P.**

Trata-se de Autor, 69 anos, diagnosticado com **carcinoma de células renais com nefrectomia esquerda e metástase linfonodal retroperitoneal** (Evento 1, ANEXO4, Página 6) com necessidade de início de quimioterapia oral prescrita para controle da doença (Evento 1, ANEXO4, Página 8). Foi mencionado o código da Classificação Internacional de Doenças (CID-10): **C64 – neoplasia maligna do rim, exceto pelve renal**. Dessa forma, foi prescrito **sunitinibe 50mg** (Sutent®) via oral, 1 vez ao dia por 2 semanas a cada 3 semanas (Evento 1, ANEXO4, Página 2).

Cumprir informar que o medicamento pleiteado **Sunitinibe possui registro** na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e **apresenta indicação prevista em bula**¹, para o manejo do quadro clínico apresentado pelo Autor - **carcinoma metastático de células renais**, conforme relato médico.

No que tange à disponibilização do medicamento pleiteado no âmbito do SUS, insta mencionar que **Sunitinibe foi avaliado** pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) e **incorporado** ao SUS para o **tratamento de pacientes portadores de carcinoma renal de células claras metastático**.²

Para o tratamento do **Carcinoma de Células Renais**, o Ministério da Saúde publicou as **Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas para o manejo do referido quadro clínico**, por meio da Portaria Conjunta SAES/SCTIE/MS nº 20, de 27 de outubro de 2022, no qual menciona que a quimioterapia do câncer renal pode ser realizada com citocinas (interferona e interleucina-2), citotóxicos (5-fluoruracil, capecitabina, doxorrubicina, gencitabina e vimblastina), antiangiogênicos (**sunitinibe**, sorafenibe, pazopanibe e bevacizumabe) e inibidores da via de sinalização mTOR (everolimo ou tensirolimo)³.

No que tange à disponibilização de medicamentos oncológicos aos pacientes portadores de câncer no âmbito do SUS, destaca-se que **não existe uma lista oficial de medicamentos antineoplásicos para dispensação**, uma vez que o Ministério da Saúde e as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde **não fornecem medicamentos contra o câncer de forma direta (por meio de programas)**.

Para atender **de forma integral e integrada** aos pacientes portadores das neoplasias malignas (câncer), o Ministério da Saúde estruturou-se através de **unidades de saúde referência**

¹Bula do medicamento Malato de Sunitinibe por Natcofarma do Brasil Ltda. Disponível em:

<<https://consultas.anvisa.gov.br/#/bulario/q/?nomeProduto=malato%20de%20sunitinibe>>. Acesso em: 21 out. 2025.

²BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS – CONITEC. Sunitinibe ou pazopanibe para o tratamento de pacientes portadores de carcinoma renal de células claras metastático. Relatório de Recomendação Nº 406.

Brasília, DF. Dezembro/2018. Disponível em: <https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/relatorios/2018/relatorio_sunitinibeepazopanibe_carcinomarenal.pdf>. Acesso em: 21 out. 2025.

³BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Conjunta Nº 20, de 27 de outubro de 2022. Diretrizes Diagnósticas e Aprova as Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas do Carcinoma de Células Renais. Disponível em: <https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/protocolos/ddt/20221109_ddt_carcinoma_celulas_renais.pdf>. Acesso em: 21 out. 2025.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

UNACONs e CACONs, sendo estas as responsáveis pelo tratamento como um todo, incluindo a **seleção e o fornecimento de medicamentos antineoplásicos** e ainda daqueles utilizados em concomitância à quimioterapia, para o tratamento de náuseas, vômitos, dor, proteção do trato digestivo e outros indicados para o manejo de eventuais complicações.

Elucida-se que o fornecimento dos medicamentos oncológicos ocorre por meio da sua inclusão nos procedimentos quimioterápicos registrados no subsistema Autorização de Procedimento de Alta Complexidade do Sistema de Informação Ambulatorial (Apac-SIA) do SUS, devendo ser oferecidos pelos hospitais credenciados no SUS e habilitados em Oncologia, sendo ressarcidos pelo Ministério da Saúde conforme o código do procedimento registrado na Apac. A tabela de procedimentos do SUS não refere medicamentos oncológicos, mas situações tumorais específicas que são descritas independentemente de qual esquema terapêutico seja adotado⁴.

Assim, os estabelecimentos habilitados em Oncologia pelo SUS são os responsáveis pelo fornecimento dos medicamentos necessários ao tratamento do câncer que, padronizam, adquirem e prescrevem, devendo observar protocolos e diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde, quando existentes.

Nesse sentido, é importante registrar que as unidades de saúde do SUS habilitados em Oncologia são responsáveis pelo tratamento integral do paciente, logo, não representam meros pontos de distribuição de antineoplásicos ou terapia adjuvante.

Destaca-se que o Autor está sendo assistido no **Hospital Universitário Gaffrée e Guinle**, unidade habilitada em oncologia no SUS como unidade de assistência de alta complexidade em oncologia –UNACON⁵.

Dessa forma, considerando as legislações vigentes, **é de responsabilidade da referida unidade garantir ao Autor o atendimento integral em oncologia preconizado pelo SUS para o tratamento de sua condição clínica.**

No caso de a unidade não estar apta a atender a demanda do Autor, **para que ele tenha acesso integral e seja reintegrado à Rede de Atenção em Oncologia**, a unidade de assistência deverá inseri-lo no fluxo de acesso via **Sistema de Regulação**, em consonância com a **nova Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer e a Política Nacional de Regulação**.

No que concerne ao valor do medicamento pleiteado, no Brasil para um medicamento ser comercializado no país é preciso obter o registro sanitário na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a autorização de preço máximo pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED)⁶.

De acordo com publicação da CMED⁷, o **Preço Fábrica (PF)** deve ser utilizado como referência quando a aquisição dos medicamentos não for determinada por ordem judicial e

⁴PONTAROLLI, D.R.S., MORETONI, C.B., ROSSIGNOLI, P. A Organização da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde. Conselho Nacional de Secretários de Saúde-CONASS, 1ª edição, 2015. Disponível em: <http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/colecao2015/CONASS-DIREITO_A_SAUDE-ART_3B.pdf>. Acesso em: 21 out. 2025.

⁵BRASIL. Secretaria de Estado de Saúde. Comissão Intergestores Bipartite. Deliberação CIB RJ nº 8.637 de 11 de abril de 2024. Pactuar a Solicitação de Credenciamento e Habilitação do Hospital do Câncer e do Coração HCCOR, CNES Nº 0113891, localizado no Município de São Gonçalo/RJ, como Unidade de Assistência em Alta Complexidade em Oncologia – Unacon. Disponível em: <<http://www.cib.rj.gov.br/deliberacoes-cib/914-2024-co-m/abril/10217-deliberacao-cib-rj-n-8-637-de-11-de-abril-de-2024.html>>. Acesso em: 21 out. 2025.

⁶BRASIL Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Medicamentos. Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmed/precos>>. Acesso em: 21 out. 2025.

⁷BRASIL Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Medicamentos. Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmed/precos/arquivos/pdf_conformidade_gov_20250707_104547402.pdf/@download/file>. Acesso em: 21 out. 2025.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

os medicamentos não se encontrarem relacionados no rol anexo ao Comunicado nº 6, de 2013, que regulamenta o artigo 4º da Resolução nº 3 de 2011, e o **Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG)** é utilizado como referência quando a compra for motivada por ordem judicial, e sempre que a aquisição contemplar medicamentos relacionados no rol anexo ao Comunicado nº 6, de 2013.

Assim, considerando a regulamentação vigente, em consulta a Tabela de Preços CMED, o **malato de Sunitinibe 50mg** - com 28 cápsulas, apresenta menor preço máximo de venda ao governo consultado correspondente a **R\$ 13.200,73**, para o ICMS de 0%⁸.

Por fim, considerando plano terapêutico prescrito para o Autor (Evento 1, ANEXO4, Página 2), o **custo anual estimado** do referido tratamento corresponde aproximadamente a: **R\$ 66.003,65** para o ICMS 0%, segundo a Tabela de Preços CMED.

Cabe esclarecer que, de acordo com laudo médico acostado aos autos, para fins de cálculo, este Núcleo tomou como referência a posologia da prescrição médica com data mais recente (Evento 1, ANEXO4, Página 2).

É o parecer.

À 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

Elaborado pela equipe técnica do NATJUS-RJ.

FLÁVIO AFONSO BADARÓ

Assessor-chefe

CRF-RJ 10.277

ID. 436.475-02

⁸BRASIL Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Medicamentos. Consulta de Preço Máximo ao Governo. Disponível em:<
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieYjZkZjEyM2YtNzNjYS00ZmQyLTliYTEtNDE2MDc4ZmE1NDEyIiwidCI6ImI2N2FmMjNmLWMzZjMtNGQzNS04MGM3LWI3MDg1ZjVIZGQ4MSJ9&pageName=ReportSection20c576fb69cd2edaea29>>. Acesso em: 21 out. 2025.